

Dívida esmagadora

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

A alta carga tributária brasileira, a maior entre os países do mesmo nível de desenvolvimento, é resultado direto do desequilíbrio das contas públicas. Como os governos não conseguem cortar gastos, o ajuste fiscal, fundamental para a estabilidade econômica, se fez às custas do contribuinte. Estudo da assessoria técnica da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados vincula a voracidade fiscal do Estado, crescente na última década, à expansão do endividamento público no mesmo período. A arrecadação cresceu para dar conta da elevação das despesas, especialmente com os juros da dívida.

"Entramos num círculo vicioso. O governo não quer reduzir juros porque teme queda no fluxo de capitais para o país. Os juros altos fazem a dívida explodir. Para compensar o rombo, a carga tributária sobe, com todas as consequências negativas para a economia", resume o economista Max Coelho, um dos autores do documento "Endividamento público e subutilização do potencial tributário - Analisando as verdadeiras distorções". O outro autor da pesquisa, economista Mário Rego, aponta a solução do impasse: "Sem uma redução firme dos juros, nada disso se resolve. Já passou da hora de o governo enfrentar essa questão".

No ano passado, o pagamento de juros foi recorde. O setor público (União, estados, municípios e estaduais) pagou R\$ 157,146 bilhões em encargos da dívida. O governo federal arcou com R\$ 130,159 bilhões em juros, numa expansão de R\$ 44,461 bilhões. O volume pago pela União foi mais de dez vezes superior ao total investido em projetos de infraestrutura, importantes para o desenvolvimento do país.

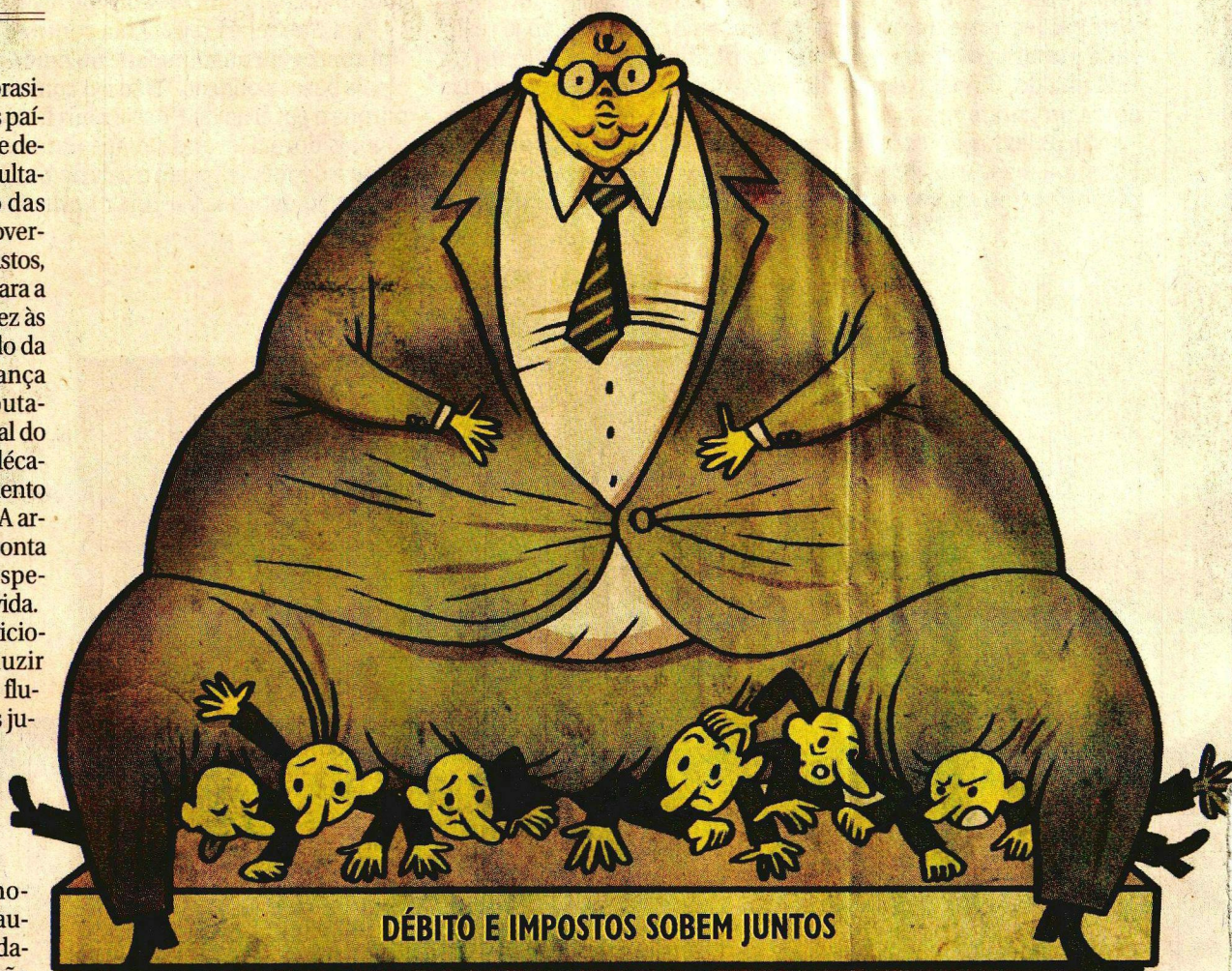
De acordo com o estudo, a dívida federal interna, que representa quase a totalidade dos débitos do setor público, saltou de R\$ 61,782 bilhões em 1994 para R\$ 810,260 bilhões em 2004. A explosão se deu principalmente porque a União reconheceu uma série de compromissos antigos, chamados de "esqueletos", e refinanciou a dívida de estados e municípios. No mesmo período, a arrecadação dos três níveis de governo saltou de R\$ 136,733 bilhões para R\$ 605,807 bilhões. Dados de 2005 ainda não estão disponíveis. A carga tributária passou de 29,46% do Produto Interno Bruto (PIB) para 35,91%.

"Esse movimento conjunto de dívida e carga tributária não é uma simples coincidência. No passado, o rombo nas contas públicas se resolvia com a inflação. Agora, é preciso arrecadar cada vez mais para fazer superávit fiscal e pagar parte dos juros da dívida", afirma Rego.

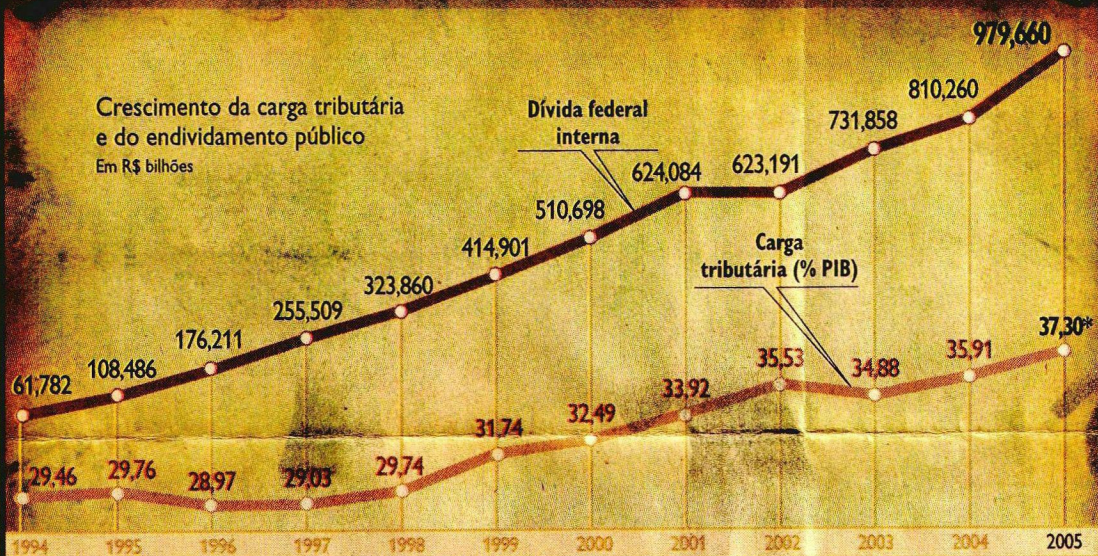
Desequilíbrio

O economista Guilherme Loureiro, analista de contas públicas da Tendências, discorda do diagnóstico dos assessores do PDT. "Os juros altos não são a causa do desequilíbrio fiscal. São consequência. Forçar a barra para reduzir juros só vai gerar inflação." Para Loureiro, a elevação das despesas forçou o aumento da carga tributária. Como a expansão dos impostos, apesar de expressiva, não foi suficiente para acomodar os novos gastos, o governo vem tentando resolver o desequilíbrio aumentando o endividamento. Essa deterioração fiscal é que leva ao aumento progressivo dos juros, necessário para convencer os investidores a comprar títulos públicos e financiar o desajuste.

"A redução dos juros é importante para equacionar as contas públicas. Mas mais importante é um programa de corte de despesas e elevação do superávit fiscal. Do contrário, os investidores perceberão um risco fiscal muito grande e continuarão a exigir juros altíssimos", avalia Loureiro. A



DÉBITO E IMPOSTOS SOBEM JUNTOS



Estrutura da cobrança de impostos
Em % da arrecadação total

Pais	Carga tributária (% do PIB)	Tributação sobre o consumo	Tributação sobre os salários*	Tributação sobre a renda**	Tributação sobre a propriedade	Outras cobranças
Brasil	37	47,5	27,8	16,9	3,19	4,6
Austrália	30	27,5	no	56,6	no	15,9
Canadá	37	24,4	13,2	48,3	8,7	5,4
Alemanha	37	27,7	39,0	27,9	no	5,4
Espanha	34	28,9	30,12	29,7	no	11,2
Reino Unido	35	35,0	17,1	36,9	9,2	1,8
Estados Unidos	30	16,7	22,9	48,4	9,8	2,2

*IR sobre rendimentos do trabalhador e contribuição previdenciária **IR sobre lucro das empresas, remessas ao exterior e ganhos de capital no: dado não obtido
Fontes: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Secretaria da Receita Federal Arte: Gabriel Góes/Anderson Araújo

equipe econômica compartilha dessa visão. No ano passado, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quis elevar a meta de superávit primário (economia para pagar os juros da dívida), hoje em 4,25% do PIB. O plano foi enterrado por setores do governo, capitaneados pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

As despesas correntes da União passaram de 18,7% do PIB em 1995 para 23,1% ano passado. Segundo Loureiro, existe amplo espaço para cortes. O projeto começaria com ataque ao déficit da Previdência, responsável por cerca de 40% dos gastos do governo. O economista prega o fim da vinculação dos benefícios previdenciários e assistenciais ao valor do salário mínimo, idéia que sofre pesada resistência política. Além disso, seria necessário um verdadeiro choque de gestão para reduzir os custos da administração. "Isso tudo permitiria a redução de juros, trazendo efeitos benéficos para as contas públicas e liberando o país para crescer mais", assegura Palocci concorda.

Para Max Coelho, entretanto, a capacidade de redução de despesas é limitada pelas vinculações constitucionais. Além disso, os investimentos, que devem chegar a R\$ 14 bilhões este ano, já estão deprimidos. "O caminho é reduzir os juros. Não há motivo para esse conservadorismo todo na fixação das taxas", diz. Descontada a inflação, os juros básicos no país são de 11,50% ao ano, de longe os maiores do mundo.